Problemática ocupacional do setor rural brasileiro: implicações para o desenvolvimento de tecnologias*

Maria Julieta Costa Calazans **

1. Introdução; 2. O contexto agrário, relações de trabalho e implicações para o estudo ocupacional; 3. Um estudo para a classificação da mão-de-obra rural no Brasil; 4. Questões em torno da classificação do setor primário; 5. Como utilizar as informações ocupacionais?

1. Introdução

O tema que desenvolvemos na reunião sobre ciência, tecnologia e emprego é fundamentado num estudo realizado no Brasil pelo Instituto de Planejamento Econômico e Social (Ipea) com a Fundação Getulio Vargas (1970 a 1972), para a elaboração da Classificação da mão-de-obra do setor primário,[1] nos moldes da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Tal trabalho foi feito, portanto, sobre uma destinação específica, uma vez que deveria ajustar as ocupações levantadas a uma classificação padronizada.[2]

2. O contexto agrário, relações de trabalho e implicações para o estudo ocupacional

Três pontos cabem ser destacados para melhor compreensão do estudo que será exposto a seguir:

* Trabalho apresentado na VI Reunião sobre Ciência, Tecnologia e Emprego em Áreas Rurais, Bogotá, Unesco, 1980. Na elaboração deste trabalho a autora contou com a colaboração do Prof. Gaudêncio Frigotto, ora incluindo sugestões, ora apontando críticas muito significativas.

** Doctorat de IIIe Cicle pela Universidade de Sorbonne, Paris; coordenadora-geral de pesquisas do IESAE/FGV.

1 Calazans, Maria Julieta Costa, coord. *Classificação da mão-de-obra do setor primário.* Brasília, Ipea/Iplan, 1977 (Estudos para o Planejamento, 17).

2 *Classificação Internacional Uniforme de Ocupações (CIUO),* da OIT. ed. rev. 1968.

a) o contexto, ou melhor dito, o setor agrário onde a pesquisa se desenvolveu;

b) o trabalho no campo, e mais especificamente as relações de trabalho no caso da agricultura brasileira;

c) as diretrizes que poderiam explicar as bases do estudo aqui exposto, ou seja, os pressupostos teóricos sobre os quais as classificações de ocupações se assentam.

Os aspectos vitais do processo de reprodução do capital no campo brasileiro se inscrevem num conjunto de estudos assumidos por autores nacionais.[3] Os estudos visam esclarecer as formas assumidas pela reprodução do capital no campo brasileiro, num período que vem desde a época em que "o setor agrário constitui o principal *locus* da acumulação do capital no país, com a produção de mercadorias para o mercado externo, até o momento em que o capitalismo no agro se transforma em modo dependente do centro de acumulação configurado agora pelas atividades industriais. Em suas várias fases, a reprodução do capital sempre implicou formas diversas de produção agrária, bem como uma cambiante divisão social do trabalho, na qual as múltiplas regiões agrárias brasileiras assumem posições distintas".[4]

Deste modo, as relações de compra e venda da força de trabalho, características da relação dominante do modo capitalista de produção, que permearam este longo período do contexto agrário brasileiro, podem ser evidenciadas no estudo ocupacional aqui aludido. Claro que tais relações não são disseminadas por todos os setores e regiões igualmente. Daí, também, a multiplicidade de formas e de tratamento que são dados ao trabalho dentro destas relações sociais desiguais, no âmbito de diferentes empreendimentos do capitalismo no campo brasileiro.

Analisando o capitalismo agrário em São Paulo (1940-70) Brandão Lopes constata que "a capitalização das atividades agropecuárias no Centro-Sul do país, principalmente no Estado de São Paulo, acentuou-se na última década. O processo é perceptível até pela observação mais desavisada. A revolução tecnológica e organizacional dessas atividades vem ocasionando a expulsão maciça de trabalhadores do campo. Mesmo aparente é o fato de que tais tendências valham tanto para a grande como para a pequena produção. Na verdade, esta última, longe de ser deslocada pela produção das grandes fazendas, vem ampliando, ou pelo menos

3 Os trabalhos foram assumidos principalmente pelo grupo do Cebrap, cabendo destacar Paul Singer, Florestan Fernandes, Otavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, entre tantos outros pesquisadores.

4 Lopes, Juarez R. Brandão. *Do latifúndio à empresa: unidade e diversidade do capitalismo no campo.* 2. ed. São Paulo, Brasiliense/Cebrap, 1978 (Caderno Cebrap, 26).

mantendo, o seu lugar no total (mesmo em termos de participação do valor). Ademais, esta profunda transformação da atividade agrária em São Paulo, embora tenha ganho intensidade no presente, iniciou-se há várias décadas".[5]

As causas, os condicionamentos da diversificação do desenvolvimento capitalista no Brasil e conseqüente repercussão na sua estrutura agrária não caberiam ser analisadas nestas notas iniciais. É bastante expressiva a indicação a seguir, extraída do sumário de um capítulo de estudo feito pela Fundação Getulio Vargas, quando articula a tentativa de traçar o histórico das mudanças no padrão de acumulação no Brasil nos últimos 30 anos.

"Parte-se da evolução da estrutura da indústria (já que aí, há muito, localiza-se o pólo dinâmico da acumulação capitalista no país) e procuram-se as inter-relações entre o deslocamento do eixo de acumulação no setor industrial, as tensões que o fato provoca – através da exacerbação do conflito de classes – no interior do aparelho do Estado e os reflexos desse conjunto de processos sobre a visão que o Estado consegue formular a respeito da agricultura.

Esse caminho de reflexão é percorrido em três períodos distintos: o do Plano de Metas em que o Estado Populista promove uma política de aprofundamento da industrialização que contém os germes da sua própria desintegração, o período recessivo seguinte, em que aquela desintegração se concretiza e o período de retomada do crescimento sob a égide de um novo Estado, que preside um novo arranjo de dominação. Nesse período, em que se desenrola um processo de modernização parcial e localizada da agricultura, é importante o estudo dos planos gerados pelo aparelho estatal para o setor, porque se trata de um conjunto consciente de políticas que visa articular a agricultura ao novo padrão de acumulação, já então perfeitamente delineado, e a absorver as tensões sociais geradas nesse processo de rearticulação."[6]

Pode-se afirmar com base no trabalho da Fundação Getulio Vargas, citado, que considerando os grandes determinantes que o padrão de acumulação de capital coloca sobre o dinamismo da agricultura e, em especial, os efeitos da política de modernização delineada progressivamente a partir de 1964 e sobre a agricultura, o que fica claro ao se analisar este tema é a especificidade que a acumulação capitalista coloca nas diferentes regiões brasileiras.

5 Fundação Getulio Vargas. *Trabalho rural e alternativa metodológica em educação: dimensionamento de necessidades e oportunidades de formação profissional.* Rio de Janeiro, IESAE/CPDA/EIAP, 1980. 2 v.

6 Fundação Getulio Vargas. op. cit.

"Assim como a tecnificação da agricultura tem efeitos regionais diferenciados, o mesmo processo de modernização tem efeitos diferenciados quando se consideram as diferentes formas de organização da agricultura, os diferentes produtos, os diferentes tamanhos de propriedades, quando se consideram as diferentes relações de trabalho. Este aspecto é fundamental para entender-se a especificidade que o mercado assume em diferentes regiões brasileiras."[7]

A crescente deterioração do padrão de vida das populações rurais é uma das mais evidentes demonstrações da penetração do capitalismo no campo brasileiro e também um dos aspectos que mostram mais claramente a exacerbação das contradições nas relações de trabalho do mundo rural.

Estudos desenvolvidos no Brasil sobre relações de trabalho evidenciam que a proletarização no campo é um fenômeno que se agravou nos últimos 20 anos, quando os parceiros, os colonos, os chamados moradores das fazendas, são transformados em trabalhadores eventuais, mais conhecidos como *bóia-fria* ou *volantes*.

A modernização, transformando a fisionomia das regiões rurais, despejou os camponeses de suas unidades de subsistência fortalecendo as diversificadas formas de produção capitalista.

As sucessivas medidas para regular as relações de trabalho no campo não dão conta de superar a efervescência das contradições geradas no âmbito do próprio processo de desenvolvimento capitalista nacional.

Configura-se a partir destas contradições que as relações de trabalho no campo se constituem ponto crucial da chamada *questão agrária brasileira*.

É preciso atentar para as contradições que se instalam no processo produtivo e conseqüentemente no âmbito das relações de trabalho. Por um lado a plena realização do capitalismo, isto é, o desenvolvimento das forças produtivas requer a total separação do trabalhador direto dos meios de produção, mas ao mesmo tempo, dadas as condições de acumulação, o sistema econômico não pode prescindir, na agricultura, das relações de trabalho na qual esta separação não se realiza plenamente, na medida em que estas seriam a base da produção de uma série de produtos-chave na economia.

Daí concluiu-se que a análise da interação das técnicas tradicionais e modernas e relações de produção na agricultura não pode ficar apenas na constatação de sua funcionalidade para a acumulação capitalista, é preciso ressaltar que essa interação,

7 Id. ibid.

em última análise, configura uma grande contradição do modelo econômico, na medida em que, ao mesmo tempo que ela representa um obstáculo ao pleno desenvolvimento das forças produtivas na agricultura, constitui-se num dos sustentáculos da acumulação de capital, na sociedade.

É preciso atentar, portanto, para o fato de que a análise dos problemas agrícolas, no que diz respeito à adoção de técnicas modernas aos níveis de produtividade ou qualidade de vida dos agricultores, principalmente daqueles que trabalham com mão-de-obra familiar, o tão discutido trabalhador de baixa renda, não se esgotam no âmbito do setor agrícola, mas têm de ser analisados tendo em vista a dialética que se estabelece entre o rural e o urbano nas atuais condições de realização do sistema capitalista no Brasil.

Além da funcionalidade a nível de acumulação do capital, não se pode esquecer as implicações políticas que pode ter a manutenção de um contingente de população na situação de pequenos proprietários arrendatários e parceiros, não totalmente separados dos meios de produção.[8]

Qual a base teórica em que se assenta e/ou poderia explicar a pretensão de se expor o trabalho do campo a uma classificação padronizada de ocupações?

Não cabe aqui, para o propósito deste trabalho, uma análise detalhada do arsenal teórico ou mesmo proposta ideológica sobre a qual se assenta e pretende se fundamentar a análise e a classificação ocupacional. Tentaremos apenas delinear o marco histórico do aparecimento e gênese dos trabalhos de classificação ocupacional e o âmbito dos supostos sob os quais se justifica. Partimos do suposto que as mesmas bases teóricas que buscam justificar a classificação para os setores de transformação e serviço servem de fundamento à classificação ocupacional para o campo.

Cabe assinalar, inicialmente, que classificação ocupacional deve ser entendida como uma decorrência histórica, mais ideológica que técnica, produzida no bojo da evolução da divisão social do trabalho, na evolução das relações de produção da sociedade capitalista em sua fase monopolista e intervencionista.

Há, pois, que se considerar inicialmente o movimento histórico no interior da sociedade capitalista que busca um controle (gerência científica) cada vez mais crescente dos recursos humanos para submetê-los integralmente à logica da produção

8 Antumiassi, Maria Helena Rocha. *Renovação, tecnologia e relações de trabalho na agricultura.* São Paulo, Ceru, 1978 (Cadernos do Centro de Estudos Rurais e Urbanos).

e exploração capitalista.[9] Neste sentido, até mesmo nos setores onde o modo de produção capitalista ainda não seja dominante, a organização da produção tende a organizar-se de forma capitalista.[10]

De outra parte, a classificação ocupacional vai surgir a partir de um contexto histórico que tem na sua base o aguçamento das contradições e crises do capitalismo. A superprodução de um lado (crise de 1929), e de outro a vergonha do subdesenvolvimento vão pôr em questão a visão harmônica da concorrência perfeita e *da mão invisível* que regula o processo produtivo veiculado pela economia neoclássica. Especialmente nos anos do pós-guerra, passa a haver um crescimento dos aparelhos de Estado que começam a intervir decisivamente através do planejamento e investimentos públicos quer na regulamentação da demanda, quer na distribuição, quer como programador do processo produtivo. Há no campo das ciências sociais (economia e sociologia, especialmente) a elaboração da chamada *teoria do desenvolvimento econômico.* Postula-se ter chegado a fase da estabilização da sociedade capitalista e desenvolve-se todo um arcabouço teórico e ideológico que vai configurar a tese do neocapitalismo.[11]

É dentro destas concepções e desta conjuntura que passa-se a adotar projetos desenvolvimentistas para os chamados países subdesenvolvidos.

A teoria da modernização, mais no âmbito sociológico, e a teoria do capital humano, no âmbito da educação – esferas particulares da teoria do desenvolvimento – constituem-se num arsenal teórico e ideológico sobre o qual se justificou e se justifica a crescente intervenção do planejamento, nestes países. É especialmente no início da década de 60 que se cria, em toda a América Latina, órgãos, centros regionais, escritórios etc., de planejamento.

A teoria do desenvolvimento econômico, que em sua expressão mais imediata se traduz pela teoria da modernização, tem na educação, no treinamento dos recursos humanos um elemento chave. Decorre daí o conceito de capital humano –

9 Ver, a esse respeito, os trabalhos de Braverman, H. *Trabalho e capital monopolista – a degradação do trabalho no século XX.* Rio de Janeiro, Zahar, 1977; Gorz, André, org. *Crítica da divisão do trabalho.* São Paulo, Martins Fontes, 1980.

10 A tentativa de se efetivar uma classificação ocupacional para o trabalho do campo pode estar indicando tanto a progressiva organização capitalista da produção agrícola com a crescente mecanização do trabalho do campo, ou mesmo, como uma forma de organização do trabalho do campo demandada pela produção industrial que tende submeter a seu controle o desenvolvimento da agricultura.

11 A teoria econômica keynesiana e seus desdobramentos representam o suporte teórico e ideológico para o crescente intervencionismo do Estado através do planejamento.

elaboração teórica metodológica voltada para a análise das relações entre economia e educação – que se vai constituir num dos supostos básicos das metodologias de planejamento.

Não é nosso objetivo aqui recapitular a teoria do capital humano e nem as múltiplas críticas que se vem fazendo sobre o seu caráter ideológico. Interessa-nos apenas assinalar as idéias básicas que nos permitem detectar as ligações da análise e classificação ocupacional com estas formulações.[12]

Em seus fundamentos mais gerais a teoria do capital humano coloca-se como uma teoria do desenvolvimento na medida que postula ser o investimento nos indivíduos, através do treinamento e da educação em geral, um investimento tão significativo ou até mais significativo que o investimento em capital físico.

"O componente da produção decorrente da instrução é um investimento em habilidades e conhecimentos que aumentam futuras rendas e desse modo assemelha-se a um investimento em outros bens de produção."[13]

No conjunto, a teoria concebe a educação, o treinamento como produtores de capacidade de trabalho ou potencialidades de trabalho, e conseqüentemente como preparo para o exercício eficiente de uma ocupação. O trabalhador é concebido como uma combinação de força física *bruta* e treinamento. Supõe-se que a cada unidade marginal de treinamento corresponda uma produtividade marginal.

Esta concepção, do ponto de vista macro, vai postular que o investimento no capital humano representa uma das formas mais eficazes para incrementar o crescimento econômico dos países subdesenvolvidos e alçá-los ao estágio de desenvolvidos. Educação passa a ser tomada como fator básico do desenvolvimento. A soma

12 Para quem estiver interessado nas teses básicas do capital humano, e seus desdobramentos operacionais ver as obras de Theodor Schultz: *The economic value of education.* New York, Columbia University, 1962. *O capital humano.* Rio de Janeiro, Zahar, 1973; Becker, G. *Human capital; theorical and empirical analysis with special reference to education.* Columbia, 1964; Blaug, M. *Introduction to the economics of education.* New York, 1972; e ideologia para uma crítica da teoria do Capital Humano, ver, entre outros trabalhos, Salm, C. *Escola e trabalho.* Brasiliense, 1980; Finkel, S. *El capital humano: Concepto ideológico.* In: Labarca G. et alii. *La educación burguesa.* México, Nova Imagen, 1977; Lautier, B. & Tortajada, R. *École, force de travail et salaire.* Press Universitaire de Grenoble, 1978; Fundação Getulio Vargas, A educação como investimento ou capital humano. In: *Trabalho rural e alternativa metodológica de educação – dimensionamento de necessidades e oportunidades de formação profissional.* Rio de Janeiro, IESAE/SENAR/MTb, 1980. Relatório de pesquisa; Frigotto, G. A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame dos vínculos entre a prática escolar e a estrutura econômico-social. São Paulo, 1981. Tese de doutoramento em elaboração (inédito).

13 Schultz, T. op. cit.

da produtividade marginal dos indivíduos educados permite a economia crescer como um todo.[14] Do ponto de vista micro, o treinamento, a educação passam a ser concebidos como instrumentos de aumentar a renda individual. Daí que se postula a democratização das oportunidades educacionais como instrumento de distribuição de renda.[15]

O investimento em educação passa então a ser encarado economicamente como um *adiantamento* do capital com os riscos inerentes a qualquer investimento. Neste sentido o processo educacional deve pautar-se por uma organização e racionalização, e submeter-se ao trato de técnicas de planejamento e previsão. A preocupação fundamental do planejamento educacional na ótica do capital humano passa a ser um ajustamento do sistema educacional às necessidades da economia de um determinado país, em termos do tipo de formação, extensão da formação, número de pessoas etc. A educação passa a ser reduzida, praticamente, aos seus aspectos econômicos.

É então, a partir dos pressupostos da teoria do capital humano que se desenvolvem diferentes técnicas de planejamento aplicadas à educação e ao trabalho com o intuito de ajustar os sistemas educacionais às necessidades ocupacionais da economia. Desenvolvem-se diferentes técnicas de planejamento: *input-output*, que enfatizam tanto a demanda privada e social da educação quanto a adequação dos indivíduos educados às características da estrutura ocupacional; análises custo-benefício e taxa de retorno, que buscam dimensionar a oferta e demanda de mão-de-obra qualificada a nível de mercado. Trata-se de técnicas que se propõem indicar a escassez relativa ou a saturação, no mercado, de determinado tipo de mão-de-obra treinada. Tenciona-se, em última análise oferecer indicadores para investimentos alternativos no treinamento de mão-de-obra.

É entretanto a técnica de *manpower approach*, que consiste na previsão do ajustamento qualitativo e quantitativo de características educacionais a necessidades ocupacionais futuras de uma economia como um todo, que passa a ter grande impacto e apelo ideológico.[16] O projeto Mediterrâneo da Organização de Cooperação

[14] O trabalho de Harbinson, F. H. & Myers, C. N. *Manpower and economic growth.* Nova York, McGrawHill, 1964, constitui-se no trabalho empírico mais ambicioso que tentou medir o impacto da educação no desenvolvimento econômico.

[15] Dentro da ótica do capital humano o fato de existirem proprietários privados dos meios e instrumentos de produção e que os mesmos tenham poder de controle sobre os trabalhadores em nada altera as determinações de renda individual. Nem tampouco se leva em conta o poderio das firmas multinacionais e transnacionais no *rol* do processo de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos.

[16] Para uma visão das técnicas de planejamento educacional, ver Blaug, M. *Economía de la educación — textos escogidos.* Madrid, Tecnos, partes 3 e 4. p. 125-314.

e Desenvolvimento Econômico (OCDE), abrangendo Espanha, Grécia, Itália, Portugal, Turquia e Iugoslávia, é a expressão mais contundente desta técnica. A despeito de seu fracasso, seus efeitos, como apelo ideológico, perduram.

A OIT e a Unesco, especialmente a partir da década de 1960, desenvolvem todo um corpo teórico-metodológico sobre estas técnicas de planejamento. Trata-se de organizações internacionais que buscam, através de assessoria direta ou através de documentos, influenciar os sistemas educacionais, especialmente dos países subdesenvolvidos no sentido de planejar a educação de forma a atender às características ocupacionais.

Todas as técnicas de planejamento, como vimos, buscam ajustar o sistema educacional ao sistema produtivo. Todas elas, em especial o *manpower*, supõem um conhecimento e um detalhamento da estrutura ocupacional, por ramo e setor da produção.

Entende-se, então, que paralelo ao esforço de disseminar técnicas de planejamento, organizações como a OIT e os órgãos de planejamento da Unesco incentivem a pesquisa no sentido da análise e classificação das ocupações por ramos e setores da economia.

"Do ponto de vista do capital humano, a estrutura ocupacional é vista também em sua dimensão de expressão das diferentes capacidades de trabalho, adquiridas ou desenvolvidas via educação. A estrutura ocupacional, neste sentido, pode ser analisada em termos de conhecimentos, habilidades, atitudes que são exigidas para cada ocupação ou posto de trabalho. Os produtos educacionais incorporados pelos indivíduos definiriam seu perfil enquanto recursos humanos. Aliando tal análise aos coeficientes técnicos e às metas de crescimento, é possível fazer previsões de necessidades de indivíduos habilitados ou formados profissionalmente no futuro. Portanto, é possível planejar a educação enquanto estrutura de formação de recursos humanos."[17]

Não há, pois, como desvincular a preocupação da análise e classificação ocupacional, tanto nos setores secundário e terciário, como, ultimamente no primário, das formulações das teorias de desenvolvimento propostas, especialmente, pela teoria do capital humano. De outra parte, esta teoria deve ser entendida como um produto histórico de um contexto específico, do desenvolvimento capitalista.

17 Fundação Getulio Vargas, op. cit. p. 16-7.

Vale assinalar, finalizando o conjunto de tópicos indicativos acima esboçados, que tanto a teoria do capital humano, quanto as técnicas de planejamento educacional e a classificação ocupacional devem ser analisadas, não pelo que elas revelam sobre a verdadeira natureza das relações de produção e de trabalho no interior da sociedade capitalista, mas exatamente pelo que elas escondem e mascaram.

Os supostos da teoria do capital humano que constituem o arsenal teórico das técnicas de planejamento educacional e, em boa medida, das análises de classificação ocupacional, constituem uma apologia das relações de produção da sociedade capitalista – colocando-as como relações naturais, e a-histórica. Esconde-se, tanto ao nível da teoria quanto ao nível das técnicas, a verdadeira natureza da exploração inerente ao modo de produção capitalista, e seus mecanismos de crescente submissão do trabalho e do trabalhador aos interesses do capital através de uma crescente divisão social do trabalho.

3. Um estudo para a classificação da mão-de-obra rural no Brasil

Os estudos de ocupações nas atividades do setor primário esbarram, desde o início, em controvérsias relativas aos conceitos e aos usos que são dados aos mesmos.[18]

Os títulos usualmente empregados para determinar formas de *fazer tarefas* ou mesmo de *comunicar saberes* estão relacionados ora a costumes e tradições, com origens nem sempre estudadas, ou ainda são trazidas de fora, pelo mesmo processo pelo qual chegam ao campo equipamentos e normas de procedimentos para as tarefas do sistema produtivo.

Costuma-se indicar as disparidades regionais como fator marcante na diferenciação das denominações ocupacionais e no significado que estas assumem em cada região. Das disparidades regionais podem decorrer a utilização de nomenclaturas diferenciadas para ocupações afins (ver, por exemplo, os que se ocupam no extrativismo da madeira no Brasil), ou uma mesma nomenclatura para tarefas e funções diferenciadas; *colono*, por exemplo, na região Sul do Brasil é *produtor autônomo*;

[18] Na maioria dos países, os serviços censitários, ao tratarem de ocupações, principalmente no que se relaciona com o setor primário, têm formulado listagens precárias, que vêm sendo ampliadas sucessivamente com a preocupação predominante de respeitar as séries históricas nacionais. No Brasil, a análise da população economicamente ativa tem sido realizada mediante o emprego dos dados fornecidos pelos censos econômico e demográfico. Tais estudos se desenvolveram a partir, em especial, do censo agrícola de 1950, pela possibilidade de confronto com o censo anterior, de 1940, em que, pela primeira vez, se levantaram informações sobre as ocupações rurais. Ver: Brasil. Instituto de Planejamento Econômico e Social. *O censo agrícola*; versão preliminar para comentários. Rio de Janeiro, CNRH/IPEA, 1969. 37 p. (Fontes Primárias de Âmbito Nacional de Dados Sobre Recursos Humanos.)

já em São Paulo, é *empregado permanente* nas fazendas de café, e, na maioria dos estados do Norte e Nordeste é o *parceleiro* de terras governamentais (em colônias agrícolas).

É necessário ressaltar também que as modificações das relações de trabalho, nas atividades do setor primário, contribuem, efetivamente, para que, num mesmo ramo de atividades econômicas, existam ocupações que ora se exercem de forma totalmente primitiva e, em outros casos, com técnicas modernas. Tais modificações decorrem da própria evolução (histórica) do sistema econômico, sendo provável que o significado tradicional de certas ocupações esteja sendo progressivamente abandonado com a introdução de inovações tecnológicas. Para certas ocupações, algumas denominações usuais perderam totalmente o sentido original.

No caso específico do estudo para a classificação da mão-de-obra do setor primário no Brasil, os problemas conceituais foram tratados no conjunto da definição de diretrizes concernentes à natureza do problema pesquisado.[19]

O universo foi definido partindo-se de imóveis rurais cadastrados pelo IBRA nos diferentes estados do Brasil e nas diversas atividades econômicas da agricultura, pecuária etc., localizados em zona fisiográfica e município. Tomando-se como indicações o volume e o valor da produção das atividades econômicas do setor, posto que tais elementos são, entre outros, os indicadores mais fortes de concentração de mão-de-obra em países em estágios de desenvolvimento como o Brasil, elaborou-se uma regionalização própria para o trabalho, partindo das grandes regiões até atingir as zonas fisiográficas a nível municipal.

Em princípio, pensou-se em eleger as atividades de maior importância na agricultura, pecuária, silvicultura e extrativismo florestal etc., em escala nacional, regional e estadual. Contudo, em se tratando da elaboração de uma classificação de mão-de-obra, onde se tencionava expressar os modos e formas de trabalho no campo, o mais amplamente possível, tornou-se necessário incluir, nos levantamentos, atividades do setor considerado de importância econômica secundária, em termos nacionais (a cultura do piretro, a exploração da poaia e pesca da baleia, entre outros), nas quais as tarefas ocupacionais têm configuração muito específica, mesmo quando olhadas regionalmente. Assim foram eleitas as áreas, em cada

[19] Sendo esta pesquisa realizada, principalmente, para ser aplicada em estudos do setor público, não havia outra opção que a de buscar respaldos em estudos aceitos universalmente pelos governos, por receberem a chancela da OIT, OCDE etc. Decidiu-se, assim, montar a classificação atendendo ao critério de cruzar as ocupações com as atividades do setor econômico em estudo.

região do país, onde tais atividades possuíam maior importância no total da produção regional e nacional.[20]

Foram categorizadas em quatro as variáveis a partir das quais se empreenderam os levantamentos:

a) variáveis referentes ao levantamento, *stricto sensu*, das ocupações: títulos, descrição e tarefas ocupacionais;

b) variáveis vinculadas à remuneração no trabalho: forma de remuneração e renda;

c) variáveis relacionadas às condições para o exercício das ocupações: escolaridade, treinamento e experiência adquirida no trabalho;

d) variáveis relativas aos estudos da população economicamente ativa relacionadas com a estrutura fundiária ("variáveis que influenciam nas modalidades e nos níveis de emprego"): posição na ocupação; implementos e equipamentos; coeficiente técnico; migração e sazonalidade; disparidades regionais e inovações tecnológicas.

O conjunto de variáveis discriminado, sem dúvida, engendrava a possibilidade de um estudo que transcendesse uma mera classificação ocupacional.

Sem pretender esgotar uma análise dessas variáveis ora voltadas intrinsecamente para a formulação da ocupação, ora podendo apoiar análises da própria estrutura fundiária e mais amplamente da organização do processo produtivo, cabe destacar alguns aspectos que ressaltam a especificidade das mesmas neste estudo.

1. O título, a descrição e as tarefas básicas devem indicar a natureza da ocupação e compor a estrutura ocupacional. À primeira vista, este conjunto de elementos que define a natureza da ocupação parece não oferecer maior dificuldade ao

20 Tomou-se como ponto de referência, na definição do universo, os estudos das divisões do setor primário no Brasil pela natureza da exploração; as análises das divisões ou classificações de atividades econômicas do setor primário de outros países; e certos critérios para a localização das atividades agrícolas, pecuárias e de exploração florestal por grande região, estado e zonas fisiográficas. No caso da agricultura, silvicultura e extrativismo florestal, foi escolhida a participação percentual da produção das diferentes atividades econômicas nos estados, em relação ao total produzido no Brasil: o percentual do valor da produção de cada atividade econômica, por estado, em relação à renda agrícola estadual; o percentual do valor da produção de cada atividade econômica, por estado, em relação à renda estadual; as duas principais zonas fisiográficas, em termos de produção por estado, para cada atividade econômica; e o percentual da produção de cada zona fisiográfica, por atividade econômica, em relação à produção estadual. Para a pecuária, utilizaram-se como critérios a participação percentual do estoque estadual, por atividade econômica, em relação ao país e às duas principais zonas fisiográficas, por estado produtor, para cada atividade econômica, com a respectiva participação percentual de cada zona fisiográfica em relação a seu estado.

pesquisador. A dificuldade só é constatada à medida que se percebe que estas variáveis deveriam estar vinculadas à estrutura fundiária, às relações de trabalho e organização do processo produtivo, em diferentes conjunturas.

2. Através do levantamento de remuneração e renda procurava-se correlacionar as diferentes formas de remuneração e os distintos níveis de renda obtidos no desempenho de determinadas ocupações, identificadas no processo de produção agrícola.

Na agricultura de economias capitalistas, as relações de produção são fundamentadas no mercado. Isto é, tudo o que o agricultor produz e vende, e tudo o que consome, sejam bens de consumo, sejam implementos ou equipamentos, fundam-se na lei da oferta e da procura.

Trabalhou-se uma realidade onde o modo de produção capitalista dominante apresentava diferentes estágios.

Neste sentido, discriminando remunerações *in natura* – em produto e em utilidades –, pretendeu-se inicialmente identificar até que ponto predominavam formas não-monetárias de remuneração no setor primário, e, secundariamente, conhecer a importância de atividades econômicas fora do mercado.

As formas de remuneração levantadas foram definidas conforme se efetuassem: totalmente em dinheiro, totalmente *in natura* ou produtos, totalmente em utilidades, parte em dinheiro e parte *in natura*, parte em dinheiro e parte em utilidade, ou por troca direta.

Em termos de setor primário, os componentes da renda nem sempre estão dispostos de modo claro, em função da interpretação das relações de trabalho, ocorrendo constantemente que uma pessoa, não obstante possuir uma ocupação específica, também exerça outras atividades econômicas que lhe fornecem rendas subsidiárias. A composição da renda poderá constar de um único componente, ou de vários, que poderão ou não fazer parte da ocupação estudada.

Com esta análise, identificava-se apenas a remuneração e a renda implícita, ou seja, a parte referente à manutenção e reprodução da força de trabalho. Não se estava captando o produto excedente inerente ao modo de produção aos quais as ocupações se vinculavam.

3. A escolaridade, o treinamento e a experiência adquirida no trabalho, como aspectos de formação sistemática e assistemática para o desempenho da ocupação, foram questionados no estudo, de forma genérica. Relacionar a análise ocupacional com os requisitos para o seu desempenho é matéria para exploração em pesquisas específicas.

Procurou-se analisar tais aspectos, mesmo que genericamente para, de um lado, se conseguir indicações sobre o nível de formação sistemática e assistemática da força de trabalho que desempenha as ocupações estudadas e, ainda, a fim de obter insumos para pesquisas posteriores. O intuito principal foi, portanto, levantar o estágio atual destes fatores, obtendo, desta forma, indicações que, mesmo em caráter exploratório, pudessem ser tomadas como referência para estudos de requisitos desejáveis ao desempenho ocupacional.

O produto final do levantamento, de acordo com os critérios teóricos do estudo, indicava que a maioria das ocupações analisadas era exercida por pessoas que têm um conhecimento suficiente para a situação em que estão vivendo, mas insuficiente para uma eventual adaptação a novas situações, decorrentes do avanço da penetração do modo capitalista de produção em sua forma mais evoluída no campo.

Sendo a pesquisa realizada na conjuntura de uma política de recursos humanos segundo a qual, teoricamente, o aprendizado para o trabalho deveria estar correlacionado com níveis de escolaridade, a pesquisa foi levada a dar ênfase à constatação deste grau de escolaridade relacionado com as ocupações. Esta preocupação foi uma constante, em detrimento do estudo mais aprofundado do conhecimento que as populações demonstravam, advindos da tradição e da experiência. Não foi dada a devida importância ao fato de que os saberes acumulados representam muito mais que simples manifestações folclóricas, ressaltando valores culturais e saber produtivo.

4. O conjunto de variáveis relativas à estrutura fundiária deveria revelar o caráter dinâmico que um estudo de classificação de ocupações sugere.

No trabalho realizado, houve bastante rigor e exame, em detalhes, da relação entre *ocupação* e *posição na ocupação*, procurando-se identificar naquele momento diferentes regimes de trabalho (arrendamento, assalariado, parceria, empreita etc.). No entanto, essa articulação da ocupação com a posição na estrutura fundiária, gerada nas próprias relações de trabalho, foi vista superficialmente. Deveria ter-se aprofundado o conhecimento das repercussões que decorrem das sucessivas mudanças que a posse, o uso e o domínio da terra, no contexto dos desdobramentos das diferentes formas de processo produtivo podem provocar.

No levantamento de informação sobre implementos e equipamentos utilizados, procurou-se detectar, sobretudo, as necessidades relativas à introdução de novas tecnologias, treinamento e outras formas de inovações.

Em relação ao coeficiente técnico não se obteve informações que cobrissem o universo das ocupações. Todavia, esta pretensão revelava o caráter a-histórico em

face das informações que se pretendiam reunir naquele momento. Não se percebeu a incompatibilidade em agrupar esse coeficiente a uma descrição ocupacional que era engendrada por informações totalmente qualitativas.

Neste estudo, pretendeu-se relacionar as migrações com a sazonalidade das ocupações do setor primário da economia. Desta forma, esperava-se obter informações que viessem a subsidiar pesquisas futuras, vinculando o exame do fenômeno migratório a uma das alternativas discriminadas a seguir: deslocamento em época de entressafras características da própria atividade econômica; deslocamento pela diminuição do trabalho em tarefas específicas de determinadas ocupações e deslocamento pelo desaparecimento da ocupação: Com exceção da terceira alternativa, as demais foram pesquisadas em função do início e do término da ocupação e, as três, na sua relação à região onde se processou a migração.

Acreditava-se que ambos os dados – migrações e sazonalidade das ocupações – pudessem, eventualmente, subsidiar o estabelecimento de políticas de mão-de-obra no setor primário da economia, em especial as referentes a emprego e treinamento de mão-de-obra.

Embora a análise das migrações e sazonalidade tenha detectado a possibilidade de um mesmo trabalhador exercer diferentes tarefas ocupacionais em diversificadas atividades econômicas, não se explorou o potencial desta informação para correlacionar tais ocupações com relações de trabalho no processo produtivo. A rigor, um fenômeno que reflete a um tempo uma problemática econômica, política e social foi reduzido ao seu aspecto econômico.

A análise das disparidades regionais e inovações tecnológicas e suas relações com a ocupação, buscavam fornecer informações para a permanente atualização da estrutura ocupacional, visto que as disparidades determinam diferenciação na estrutura ocupacional e as inovações tecnológicas implicam o surgimento e desaparecimento de ocupações.

Mais uma vez, porém, não se utilizou a riqueza das informações advindas dos fenômenos acima descritos para explicitar a implicação das relações de trabalho e organização do processo produtivo com a classificação produzida.

4. Questões em torno da classificação do setor primário

A classificação reproduz os estímulos das políticas da época. Editou-se um documento sobre as ocupações do setor primário no Brasil, nos moldes da classificação que reúne ocupações do mundo do trabalho urbano.

Foram identificadas as ocupações a partir de observações na realidade, utilizando-se dados factuais que permitiram incluir no estudo não apenas formas de trabalho relevantes, mas também situações típicas, mesmo que não expressivas, no universo das atividades ocupacionais do setor agropecuário. A classificação foi constituída dos elementos essenciais que permitissem: a) torná-la um instrumento de quantificação da força de trabalho do setor primário, para fins de planejamento, desenvolvimento e utilização da mão-de-obra desse setor; b) identificar e caracterizar conteúdos didáticos para políticas de formação; c) dar início ao estabelecimento de perfis, podendo gerar um processo contínuo de adequação das análises ocupacionais às inovações introduzidas nas atividades do setor em estudo.

A pesquisa foi realizada no início da década de 70, defrontando-se com as propostas de modernização traçadas no plano *Metas e bases para a ação do Governo* que reforçava políticas agrícolas, estratégias de desenvolvimento e reformas de base igualmente amplas e ambiciosas como as definidas nas décadas anteriores.

As *Metas e bases para a ação do Governo*[21] relaciona 10 importantes objetivos e instrumentos do governo para o período 1970-3. Incentivos financeiros e fiscais, visando aumento dos investimentos e da produção agrícola; investimentos e aplicações federais, em programas de apoio ao desenvolvimento da agricultura; aumento da produção agrícola global, no período de 1969-73, da ordem de 26 a 35%; desenvolvimento tecnológico do setor agrícola; desenvolvimento acelerado da pecuária; prosseguimento da política de defesa de produtos de base; fortalecimento da infra-estrutura agrícola do país; implantação efetiva da reforma agrária; expansão da área e colonização; ocupação de espaços vazios; modernização do sistema nacional de abastecimento.

O dado novo de *Metas e Bases* é o surgimento do Programa de Integração Nacional (PIN) e do Prorural.[22]

Para fixação do homem, além da construção de dois grandes eixos viários e de ambicioso programa de colonização, foi estabelecida, também como meta prioritária do PIN, a primeira etapa do Plano de Irrigação do Nordeste: programas de colonização de vales úmidos dessa região.

21 Brasil. Presidência da República. *Metas e bases para ação do Governo*. Rio de Janeiro, 1970. p. 89-97.

22 Brasil. Leis, decretos etc. Lei complementar nº 11, de 25 de maio de 1971. Institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural e dá outras providências. *Diário Oficial*, Brasília, 25 de maio de 1971 (ABCAR. Legislação, 536).

Complementarmente, pretendeu-se através da Política de Integração Social (PIS)[23] desenvolver algumas operações que teriam reflexo no setor primário: expandir os programas de desenvolvimento social, notadamente de educação e habitação; os programas de treinamento de mão-de-obra cuja reorientação, no sentido de favorecer o setor primário, foi conduzida através do Programa Intensivo de Preparação da Mão-de-Obra (Pipmo); apoiar as categorias de renda mínima mediante a criação da Central de Medicamentos e do Programa de Assistência Social ao Trabalhador Rural, por intermédio do Funrural; recuperar as populações marginalizadas – nas zonas rural e urbana – assim entendidas as de níveis de produtividade muito baixo ou que dispõem de oportunidades de trabalho apenas em tempo parcial.[24]

Uma rápida visão geral da evolução da política governamental quanto à expansão da fronteira agrícola e ao povoamento mostra uma crescente sofisticação dos objetivos e instrumentos utilizados, visando sobretudo uma crescente modernização no setor agrícola.

O *I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – 1972-4* traça uma estratégia agrícola em que a expansão da fronteira agrícola baseia-se no PIN. Há uma regionalização da estratégia, indicando para o Centro-Sul uma política de desenvolvimento da agricultura moderna, de base empresarial. Surge dentro da área do PIN o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e do Nordeste (Proterra),[25] visando a transformar a agricultura tradicional do Nordeste numa atividade de mercado e desenvolver o Programa de Irrigação do Nordeste.

Pode-se afirmar, neste sentido, que a classificação efetivada manteve coerência, articulando seus pressupostos teóricos ao contexto global em que se desenvolveu. Estava evidente que o detalhamento e explicitação das descrições apontavam para necessidade de treinamento e/ou de formação profissional no setor primário. Tendo em vista que a maioria das instituições que se voltavam para implementar as políticas de formação de recursos humanos estavam à espreita de instrumentos que ajustassem as suas diretrizes ao dimensionamento de oferta e demanda de mão-de-obra, a classificação representou uma fonte bastante fértil dentro daquela conjuntura. Isto ficou evidenciado uma vez que as informações produzidas eram

[23] Brasil. Leis, decretos etc. Lei complementar nº 7, de 7 de set. de 1970. Institui o Programa de Integração Social e dá outras providências. *Diário Oficial,* Brasília, 7 de set. de 1970 (ABCAR. Legislação, 405).

[24] Brasil. Presidência da República. *Projeto do I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – 1972-4.* Rio de Janeiro, 1971. p. 29-30.

[25] Brasil. Leis, decretos etc. Decreto-lei nº 1.179, de 6 de jul. de 1971. Institui o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (Proterra), altera a legislação do imposto de renda relativa a incentivos fiscais e dá outras providências. *Diário Oficial,* Brasília, 6 de jul. de 1971 (ABCAR. Legislação, 477).

utilizadas antes mesmo da conclusão do trabalho. A classificação cumpria, assim, um papel relevante para o sistema, fornecendo indicações para políticas no setor rural, especialmente no âmbito da formação profissional. Surgiam mecanismos capazes de ajustar os programas de desenvolvimento de mão-de-obra, aos mesmos padrões já usuais para os setores secundário e terciário.

Há, porém, que se indicar questões que ficam evidenciadas na medida em que se procura relacionar a classificação ocupacional com o processo de desenvolvimento da estrutura agrária em diferentes conjunturas.

A contradição básica da qual se originam inúmeras questões reside no fato de que as ocupações foram desagregadas nos diferentes ramos de atividade econômica do setor primário sem se considerar que elas se reproduzem no interior de *divisões de trabalho* e no âmbito de *organizações de processos produtivos.*

Sem se considerar dialeticamente a divisão social do trabalho no campo (isto é, as contradições presentes nessa divisão social dentro de formas de produção capitalista) como utilizar as descrições para cobrir espaços tão diferenciados nos modos de fazer, de saber e de organizar o trabalho no tempo e no espaço?

Sem historicizar a organização do processo produtivo, onde as tarefas se desenvolviam no momento de suas descrições, como aplicar essas mesmas descrições a situações semelhantes apenas do ponto de vista formal?

Como diferenciar ocupações em estágios ainda artesanais sem ter anteriormente elaborado uma análise do desenvolvimento da divisão do trabalho na sua forma primeira, ou seja, separação do trabalho agrícola, do industrial e do comercial? (Atividades subsidiárias e complementárias do setor primário.)

A introdução de novas tecnologias no campo como decorrência do modelo de desenvolvimento altera permanentemente perfis ocupacionais no todo ou em parte; modifica tarefas e introduz novas operações nas ocupações. Como compatibilizar estes fenômenos nos grupos ocupacionais identificados com o processo de mecanização se não temos o alcance de sua posição na estrutura fundiária no momento em que se elaborou a classificação? Ademais, como elaborar tais compatibilizações quando se sabe que a modernização agrícola, sobretudo com a inserção de novas tecnologias, introduz alterações não somente na divisão do trabalho, como na própria estrutura fundiária?

As questões anteriormente colocadas fazem sentido na medida em que as análises que se vêm fazendo hoje sobre a realidade brasileira evidenciam que "a formação do mercado de trabalho rural deve ser entendida como o processo de constituição/

diferenciação de classes sociais no campo, movido pelo avanço do capital. Esse avanço tem-se manifestado pela modernização de certas culturas em áreas específicas, ao mesmo tempo que se mantêm certas características da estrutura de produção antiga, reforçam-se outras, e outras ainda são adaptadas aos novos tempos e condições. É a chamada 'modernização conservadora', que engloba um conjunto de transformações que se podem enumerar como:

a) manutenção do elevado padrão de concentração da propriedade da terra;

b) expansão das áreas de pastagens;

c) estímulo ao desenvolvimento de novas culturas, altamente tecnificáveis, como é o caso da soja;

d) aceleração do processo de expulsão dos trabalhadores permanentes, num contexto em que não detinham mais nenhum poder de barganha;

e) aumento do contingente de assalariados temporários, que só intermitentemente encontram trabalho;

f) aceleração do processo de subordinação da pequena produção ao capital, em suas diversas formas."[26]

A persistência em analisar as ocupações apenas para identificar necessidade de formação e introduzir inovações nas políticas de mão-de-obra parece, neste caso da classificação do setor primário, uma distorção, seja: a) pela impropriedade de querer introduzir formas novas de aprendizagem para tarefas cujo conhecimento é adquirido através da tradição e comunicação da experiência vivida; b) pela inadequação de se fomentar formação para realizar tarefas que, a partir da introdução de modernas tecnologias, se tornam cada vez mais simplificadas; c) por outro lado, o caráter inconsistente que as informações ocupacionais desvinculadas do contexto das relações de trabalho propõem, acarretando a produção dos *pacotes de ensino*, transformando-os em veículos de destruição dos *saberes populares*.

5. Como utilizar as informações ocupacionais?

As informações levantadas na classificação ocupacional situam fatos nos quais as discussões sobre ciência, tecnologia e emprego em áreas rurais estão presentes. Cabe, portanto, explorar alternativamente este produto articulando-o com análises que lhes imprimam uma nova dinâmica.

26 Fundação Getulio Vargas. op. cit. v. 2, p. 169-70.

Verifica-se que as análises sobre as ocupações descrevem tarefas de extrema singularidade no processo agrícola, pecuário e de silvicultura brasileira. Reúne assim uma gama de informações, na maioria dos casos desconhecidas na literatura que trata desses temas. Reflete a riqueza de saberes das populações rurais, sua capacidade inventiva, no que se refere principalmente aos processos de saber fazer, de transmitir conhecimentos, e de utilizar tecnologias primitivas, reformulando-as e imprimindo-lhes novos usos, nas diferentes formas de trabalho. As descrições ocupacionais podem ser mesmo, neste particular, uma fonte inédita a ser explorada, dadas as peculiaridades e detalhes que reúnem.

O ordenamento da classificação não contrapõe o estágio de desenvolvimento moderno ao estágio de desenvolvimento primitivo; também não sobrepõe tecnologias modernas a processos rotineiros, nem acentua a preservação das práticas tradicionais do processo produtivo; não obedece, enfim, a quaisquer critérios que permitam um tratamento dinâmico das ocupações no processo produtivo.

É significativa a agregação que se faz de tipos ocupacionais em conjuntos que mantêm determinadas especificidades apenas do ponto de vista da descrição de suas tarefas, ocultando sua relação com a divisão social do trabalho dentro de determinado processo produtivo.

As indicações a seguir são bem exemplificativas:

1. O conjunto (grande grupo 6-0 da classificação) reúne administradores, diretores, capatazes, feitores etc. Estão compreendidos neste conjunto trabalhadores ocupados em organizar, planejar, dirigir e supervisionar, indo desde o administrador ou diretor-gerente de uma empresa multinacional até um capataz rural, chefe de estábulo, guarda de retiro ou administrador de invernada.

2. Outro conjunto (grande grupo 6-5 da classificação) reúne operadores de equipamentos e implementos na agricultura. Ocupam o espaço destinado aos que participam do processo produtivo utilizando tecnologias e outras inovações, refletindo estágio de moderno desenvolvimento no setor primário. Para fins de descrição ocupacional agregam-se nesse grupo tanto o proprietário que comanda suas próprias máquinas, o piloto de avião, como o trabalhador *volante* que aluga sua força de trabalho por determinado tempo para manejar trator.

As distorções que podem decorrer de políticas de recursos humanos ou programas de formação de mão-de-obra formulados a partir desse instrumento estão evidentes e vinculam-se especialmente à ausência de um pólo interpretativo que transcenda a mera discussão formal dos fenômenos ocupacionais.

Dentro deste prisma as informações que os estudos ocupacionais oferecem devem ser tomadas, apenas, como um dos elementos nas análises de estruturas e conjunturas agrárias.

É necessário, pois, ter presente que o pressuposto básico de todas essas considerações é o de que a organização da produção é ditada pelo capital, em suas diferentes formas, esteja a atividade econômica vinculada ao setor de mercado, ao setor de subsistência ou a outros. Este é o parâmetro preliminar para se intentar qualquer estudo ocupacional. "Como assinala Coriat: a) todo progresso técnico está relacionado ao aumento da produtividade do trabalho; b) a questão da técnica e de seu desenvolvimento, não pode ser dissociada das condições do seu emprego; c) tanto como propiciar uma maior eficiência da força produtiva do trabalho, o objetivo do progresso técnico no capitalismo é a submissão do trabalho ao capital."[27]

27 Coriat. Apud Silva, Graziano da. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura paulista.* Tese de doutoramento. Campinas, 1980. p. 31. mimeogr.